

**25 anos de
Cadernos de
Campo**

“A antropologia que estava lá não cabia para a gente”

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v25i25p18-27

Os motivos que, em 1991, levaram sete alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP) a criar a primeira revista acadêmica discente do Brasil são muito parecidos com aqueles que, 25 anos depois, incitaram a atual comissão editorial a procurar seus idealizadores para uma entrevista. Os dois projetos tiveram como impulso inicial as diversas inquietações que permeiam a vida acadêmica e a pesquisa antropológica em particular. Em 2016, enquanto editores, nos perguntamos constantemente quais são os sentidos e propósitos de a *Cadernos de Campo* existir e quais novos caminhos ela ainda pode trilhar. Pensamos, então, que talvez algumas dessas respostas estivessem guardadas justamente nas inquietações que levaram à primeira edição da revista.

O momento parece oportuno não apenas pelo contexto de comemoração dos 25 anos, mas também pela atual conjuntura político-econômica que, em uma perspectiva mais abrangente, permite estabelecer um segundo paralelo entre 1991 e 2016. Se no começo da década de 1990 o avanço no processo de redemocratização política no Brasil, impulsionado pela Constituinte de 1988, era acompanhado por uma aguda crise financeira marcada pela alta da inflação, atualmente testemunhamos um retrocesso político que vem sistematicamente cerceando – quando não amputando violentamente – as conquistas sociais das últimas décadas. Parecemos estar de volta ao ponto de partida.

Em 1991, ainda não era possível vislumbrar o aumento de vagas nas universidades públicas e o conseqüente florescimento de departamentos de Ciências Sociais e Antropologia no Brasil a partir dos anos 2000. Hoje, depois de anos de ampliação dos incentivos à produção acadêmica, voltamos a um período nebuloso. Diante de um horizonte de incertezas, o futuro da ciência no país está cada vez mais sujeito ao pernicioso predomínio de uma lógica de meritocracia e produtivismo, acompanhada pela ameaça iminente da precarização das condições de pesquisa e ensino nas universidades públicas.

Ao contrário do que esse panorama pode sugerir, o clima desta entrevista – com ares de bate-papo – foi marcado por uma alegre nostalgia. Participaram Omar Ribeiro Thomaz, professor da Unicamp; Heloísa Buarque de Almeida, professora da USP; Luiz Eduardo Lacerda de Abreu, professor da UnB; Zulmara Salvador, diretora da empresa de consultoria ambiental Mais Ambiente; e Cristina Redko, professora na Wright State University. Luís Donisete Gru-

pioni, secretário-executivo do Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena), por conta de compromissos profissionais, não pôde estar presente. Marina Albuquerque Mendes de Macedo Soares, falecida em 2016, foi carinhosamente lembrada pelos antigos colegas. Na mesma sala onde costumavam se reunir para discutir o projeto da primeira *Cadernos de Campo*, enquanto folheavam alguns exemplares da revista espalhados sobre a mesa, pudemos ouvir histórias e lembranças que nos ajudaram a entender um pouco mais o espírito colaborativo e inovador que perdura até hoje entre as comissões da revista. Há 25 anos, como imaginamos, as questões eram similares às que temos hoje, e as sugestões nos inspiraram a construir não apenas esse novo número, mas a transmitir para os próximos editores as inquietações inerentes à nossa atividade.

Os primeiros passos de uma revista feita por alunos

Cristina: Estou tentando me lembrar, porque já faz 25 anos, mas me recordo que tudo começou no barzinho das Ciências Sociais, à base de cerveja. Conversávamos sobre não haver muito espaço para os estudantes de pós-graduação publicarem. Então, alguém teve a primeira ideia: “Por que não publicar um veículo?”.

Omar: Naquela época, os trabalhos de curso eram levados muito a sério. Fazíamos no máximo duas disciplinas por semestre, era uma dedicação exclusiva. Então, falamos: “Puxa vida! Os trabalhos de curso são quase artigos e ficarão perdidos nas gavetas”. Começamos conversando entre nós e depois com alguns professores. Naquela época, para vocês terem uma ideia do panorama das revistas de antropologia no Brasil, nós tínhamos apenas duas publicações: a *Revista de Antropologia* da USP, que era a mais antiga, e o *Anuário Antropológico*. A *Mana* não existia. Havia uma discussão: “Precisa de mais?”.

Luiz: Também tinha uma coisa que era muito frustrante: publicar era muito difícil. A gente só conseguia publicar no final do doutorado.

Heloísa: E não é que estava todo mundo louco para publicar. Quero dizer, a gente queria escrever e publicar, mas não era a mesma “paranoia” que a gente tem hoje em dia. Não tinha esse tipo de critério. Então tínhamos que incentivar as pessoas a fazerem os artigos, principalmente no primeiro número. Depois é claro que as coisas mudaram.

Luís Eduardo: E era um campo muito fechado, um campo em que a gente tinha pouca coisa a dizer. Acho que a revista era um pouco a maneira de dizermos alguma coisa. Por exemplo, a ideia das “Comunicações”:¹ estamos fazendo alianças o tempo inteiro! A antropologia é política. A gente precisava dizer isso

de alguma forma. Nós tínhamos coisas a dizer, nós tínhamos coisas a falar. E, depois, as “Resenhas”: hoje em dia, você entra na *Amazon* e tira o livro que você quiser. Naquela época demorava muito tempo para chegar, então a ideia era: “Vamos falar sobre o que está sendo publicado agora, não vamos falar só de clássicos”.

Cristina: A revista era também um reflexo nosso, não em um sentido ego-cêntrico, mas um reflexo de como a antropologia estava mudando, porque de repente eu estava fazendo antropologia dentro de hospícios. Temas não tradicionais também estavam emergindo naquela época.

Luiz Eduardo: Eu acho que a antropologia que estava lá não cabia para a gente. Essa é a impressão que eu tenho, olhando para trás. Ou seja, era uma Antropologia muito mais hierárquica do que é hoje. Tínhamos um longo caminho a percorrer. Lembro que, no *Anuário Antropológico*, muitas vezes eram publicadas dissertações de mestrado inteiras. Esse era o tipo de publicação.

Zulmara: Foi exatamente a rigidez, a carece das revistas da época, essa impossibilidade de fazer os diálogos que a gente achava importantes – com outros departamentos e outras disciplinas – que fez surgir essa insatisfação e nos fez inventar isso. Eu me lembro bem do início dessas ideias, de propor diálogos, algo mais leve, em outro formato. O peso dessa revista era para dar uma chacoalhada no “modelão” acadêmico e eu acho que foi fundamental.

Omar: Três professores foram importantes: a Paula Montero, que era a coordenadora do programa, e os outros foram o Zé Chico [José Francisco] Quirino e o Zé [José] Guilherme Magnani. A gente também delirava, né, eles davam uma baixada na nossa bola. Depois tinha a Maria Lúcia [Montes], Carmen Simira, Aracy [Lopes da Silva], a Dominique [Tilkin-Gallois]... E tinham aqueles que olhavam e falavam “não tem sentido porque já tem uma revista de antropologia”.

¹ A seção “Comunicações e Informes” foi criada pela primeira comissão a partir de dois objetivos principais. Primeiro, o de abrir espaço para discussão antropológica sobre acontecimentos contemporâneos às publicações. A edição número 1, por exemplo, trazia à baila questões como “A nova LDB e os índios” e a “Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos”. Em segundo lugar, pretendia-se abrir um espaço de diálogo entre os grupos de pesquisa – como o Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) e o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) –, que podiam apresentar as atividades por eles realizadas durante o ano. A seção foi publicada anualmente até a décima edição e a partir daí assumiu um caráter menos periódico, fazendo parte de apenas alguns números. Concordando com o professor Luiz Eduardo quando este afirma que “[a] antropologia é política”, decidimos reincorporar a seção, nesta edição da Revista, com o nome “Conjuntura”.

Os primeiros números: do financiamento à distribuição

Heloisa: Temos duas coisas para contextualizar: havia poucas revistas e a pós-graduação era muito menor no Brasil. Depois que fizemos a nossa, começou a ter revista de aluno da pós da Sociologia, revista de alunos de não sei onde... Antes não havia, ninguém tinha feito isso ainda. Mas, quando começamos, foi: “Oh! É possível fazer!”.

Omar: E lembrando que, naquela época, não tinha dinheiro!

Heloisa: Dinheiro nenhum! Não tinha nenhum financiamento.

Omar: Pensem que, naquela época, o departamento de Antropologia tinha apenas um computador. Nós fizemos “no” computador do departamento de Antropologia. Como é que nós fizemos com o dinheiro no primeiro número? Nós vendemos o número. Queríamos vender a revista, tínhamos que vendê-la, e, assim, financiamos o número seguinte. Naquela época, funcionava por *xerox*, e a ideia era que as pessoas comprassem para dar em cursos. Tanto que, se não me equivoco, esgotou o primeiro número. Foram o quê? Mil exemplares? Nós conseguimos imprimir graças ao apoio da Secretaria de Energia e Saneamento. Conseguimos uns cinco mil cruzeiros, não era real ainda. Fizemos na gráfica daqui da FFLCH. O dinheiro foi usado para comprar papel e pagar a capa. O resto foi feito manualmente por mim e por um aluno de iniciação científica. Na composição gráfica, ele foi fundamental. Ele era um aluno do primeiro ano da faculdade que já manjava de computador. Depois entramos em contato primeiro com a *Novos Estudos Cebrap* para ver como é que eles faziam a distribuição. Havia uma preocupação de que os professores comprassem e colocassem no curso. Então, para vender, íamos às livrarias e deixávamos em consignação. Eu me lembro de ir com a Helô à Livraria Cultura para conversar. Depois, a gente ia lá para ver se estava visível; se não estava, trocávamos de lugar. Outro cuidado que nós tivemos foi o de mandar para todas as bibliotecas. Também levamos a revista para a Anpocs. A gente entrou no meu Chevetinho e colocamos caixas da revista para tentar vender lá.

Luiz: Os nossos *papers* eram datilografados. Na hora de fazer a versão final, você tinha que cortar o parágrafo. Vocês se lembram disso?

Heloisa: Cortar e colar era literal!

Cristina: É gozado, não sei se a memória com o passar do tempo vai selecionando apenas as partes boas, mas tínhamos um jeito alegre de cooperar, de cuidar das coisas, de fazer, cada um corria para um lado, não era? “Então, corre com a Helô para lá. A Zuzu vai ali fazer não sei o quê... Ah, tem que digitar isso aqui, então, eu sento e faço enquanto o outro vai fazer não sei o quê”... Realmente era um modelo, era essa colaboração positiva mesmo. O que também soubemos fazer estrategicamente foi envolver os professores certos, senão ficaríamos rolando no mesmo lugar. Isso foi muita diplomacia do Omar, que fazia essa circulação. Quando ainda estávamos sonhando, ele já falava “espera aí que eu vou trazer professor tal”, “espera aí que eu vou trazer fulano”. No fim, conseguimos construir algo bacana juntos.

Omar: Isso foi importante para nós, éramos muito antenados. Por exemplo, se vocês olharem, aqui tem números que têm propagandas de outras revistas. Como que era feito isso, naquela época? A gente ligava e falava: “Vem cá, você troca uma página tua por uma página nossa?”. Então, nós mandávamos a fotografia para eles. A gente lia muitas outras revistas. Para fazermos a *Cadernos de Campo*, sentamos em uma mesa e pegamos várias revistas na biblioteca. Colocamos um monte no meio da mesa e ficamos olhando: “O que é que a gente vai fazer agora?”.

Omar: Lembro que o Zé Chico falou que tinha que ter parecer, o Luís Doni-sete veio com um modelo de parecer, um questionarinho: “o artigo é inovador?”; essas coisas. Eu me lembro que foi o Luís que teve essa ideia.

Heloísa: É, um formulário para o parecerista, que a gente enviava por correio ou entregava em mãos.

Omar: E a gente tinha um cuidado de procurar dois pareceristas, um aluno e um professor, porque a gente ficou com medo de os autores dizerem: “Como é que vocês, numa revista de alunos, recusam meu artigo?”. Mas é importante dizer que todos os artigos tiveram parecer. E havia também uma preocupação de incorporar os professores. Se vocês olharem aqui, na consultoria editorial do primeiro número, a gente convida professores para fazer parte. Detalhe: nós éramos todos mestrandos. Chamamos para o conselho editorial doutorandos também. E professores que eram mais próximos da gente naquela época. No segundo número, a gente ampliou o conselho editorial e convidamos colegas que não eram da antropologia. Havia uma preocupação de estabelecer conexões

com outras áreas.

“A Cadernos serviu para aglutinar o pessoal”

Omar: A *Cadernos de Campo* era uma das iniciativas que estavam pipocando nesse período que foi de 1991 a 1993. Uma delas foi um seminário – que eu atribuo diretamente à discussão da *Cadernos de Campo* – sobre a relação entre sujeito e objeto na pesquisa antropológica...

Heloísa: ... que rendeu artigos para a *Revista de Antropologia*, inclusive.

Omar: A *Cadernos* serviu para aglutinar o pessoal. O seminário foi organizado pelos alunos com o apoio da Paula Montero. Havia uma exposição fotográfica sobre os bastidores da pesquisa de campo. Seleccionamos as fotos, fizemos um projeto CNPq para fazer as ampliações e a exposição foi feita aqui no saguão. Colocamos alunos e professores nas mesas. Fizemos os cartazes bem bonitinhos com o desenho da capa do livro do Eduardo Viveiros de Castro, aquela capa *d’Os Araweté*, em que há um desenho que um araweté fez do Eduardo. Quando penduramos os cartazes, perguntaram para a Paula Montero como é que colocavam alunos para coordenar mesas com pessoas tão importantes. Ela falou “foram os alunos que organizaram, então a coisa vai rolar”. Nós fizemos no auditório e lotou.

Por uma “antropologia cosmopolita”: transformações da disciplina e perspectivas do mundo contemporâneo

Omar: Em Moçambique, onde eu trabalho há vinte anos, tem um departamento de antropologia de excelência, com 22 antropólogos, e está começando uma nova guerra civil. E o que aconteceu com os antropólogos sírios nos últimos anos? A minha equipe fez um trabalho muito intenso com professores e universitários da Universidade do Haiti, no sentido de trazer alunos para cá, possibilitar que professores pudessem sair e retornar porque a situação era caótica. E essa é uma questão que não vai esmorecer. Quando houve o terremoto no Haiti, também houve uma mobilização bastante interessante no contexto nacional. Agora, e nos outros contextos? Será que não valeria a pena entrar em contato? Esses estudantes estão em expansão, existe departamento de antropologia em países que estão sob conflito. Na Turquia... A repressão na Turquia

está brutal... Tem antropólogo, tem um baita departamento de antropologia lá!

Luiz Eduardo: O que eles podem nos dizer de uma antropologia em tempos de guerra?

Omar: Ou, por exemplo, qual é a situação em que eles estão ou em que medida podemos ajudá-los também? Ou entender o que eles estão falando? Ou, por exemplo, a crise migratória. Tem antropólogos discutindo a crise migratória em contextos europeus, tem migrantes refugiados que são antropólogos.

Zulmara: Eu acho que é interessante isso, qual é a antropologia dos que estão excluídos da globalização? Porque a globalização foi um sucesso... Só que deixou basicamente 90% do mundo fora dela. E é uma parte do mundo que existe, que pensa e tem cultura. Logo, tem antropologia.

Omar: Eu tive o privilégio de trabalhar em várias revistas. E eu tentei uma coisa na *Vibrant* que não deu certo e que defendo até hoje. Inicialmente, a *Vibrant* era para ser uma revista de antropólogos no Brasil, mas publicada em outra língua. Então, era uma proposta para incentivar a internacionalização dos antropólogos. E, na época, a proposta era que não se especificasse qual seria a língua a ser publicada. No entanto, fomos ridicularizados. A grande questão era publicar em inglês e pronto. Mas o que eu defendo é que o cosmopolitismo não está restrito à língua inglesa. Por exemplo, a gente tem uma aluna que fez pesquisa na Unicamp, saiu de São Paulo e foi para a Bósnia. Aprendeu a falar bósnio, sérvio, croata, macedônio. Por que não publicar um artigo em bósnio? Por que definir? Por que nós definimos o inglês de antemão? Se eu pudesse sugerir alguma coisa hoje, diria para apostar num cosmopolitismo linguístico mais audacioso.

Zulmara: O que significa trabalhar com mais línguas, além da inglesa? Tem um significado político essa escolha. Soltar um artigo em bósnio não é porque eu sou exótico, não é isso que está por trás. O que está por trás é o seguinte: Quem é o dono monopolista desse mundo? Como os conteúdos vão se comunicar com o mundo atual? Então, a pergunta aos novos editores de hoje é: Quais são as nossas inquietações?

Omar: A gente está preocupada com questões indígenas, a gente está preocupada com ocupações, a gente está preocupada com vítimas de barragem... Mas que a gente incorpore realmente na nossa agenda essas preocupações de natureza internacional. Como é que é fazer antropologia numa ditadura? Angola é uma ditadura. Recentemente, houve lá uma mobilização impressionante de músicos que fizeram greve de fome. E nós falamos de Angola, que é um país

com quem a gente tem uma cumplicidade histórica. Talvez o desafio de vocês seja peitar isso a sério mesmo. Assim, entramos na ideia de uma antropologia realmente cosmopolita. Isso tem um impacto. Agora que nós temos cada vez mais alunos negros, e devemos ter, nós temos também que trazer professores dos países africanos para darem aula aqui. Isso é importante. E nós não somos europeus. Nós até queríamos ser, mas nós não somos.

Luiz Eduardo: Eu estou pensando aqui como a gente pode, primeiro, pensar uma antropologia do desconforto e, depois, pensar o que significa ser cosmopolita hoje. Essas antropologias que a gente não ouve, que a gente não vê, que a gente não pensa...

Omar: Mas a gente tem que tomar cuidado também para não descobrir a pólvora, não é? De fato, no Brasil, nós temos agora indígenas entrando na universidade e temos também uma boa quantidade de negros. Espero que aumente ainda mais. Agora, por exemplo, o Kenyatta foi orientando do Malinowski, em 1940. Ele era um líder que virou presidente do Quênia. O Eduardo Mondlane era antropólogo changana e defendeu o doutorado em antropologia nos EUA, nos anos 1950, sobre relações raciais. Ele era um moçambicano. Vale a pena mostrar como uma antropologia, que é considerada de maneira bastante condescendente como uma antropologia vanguardista e muito ativa, como é que, no Brasil, a gente é muito atrasado. Particularmente sobre só termos começado a ter indígenas defendendo teses de antropologia nos anos 2000.

Heloisa: Boas teve uma aluna indígena, não é?

Omar: Boas, Malinowski teve...

Luiz Eduardo: Não seria muito legal a gente recuperar essas coisas que estão perdidas?

Omar: Não, não! Perdidas não estão. Perdidas para alguém. Eu acho superinteressante, mas o que eu estou dizendo é que vale a pena ter clareza de que a gente é um pouco atrasado. Se nós pegarmos, por exemplo, a questão das cotas, a reação que está tendo aqui na USP com relação a isso... Nós conseguimos na Unicamp, a primeira estadual, no IFCH, implementamos cotas na pós-graduação.

“O Brasil é um país intelectualmente cafona”: os desafios da pesquisa antropológica e a conjuntura atual

Helô: Essa onda conservadora está aí por toda parte, não é local, não é mu-

nicipal. É mundial. Então, agora, o que é que aconteceu aqui? Depois de quinze anos de expansão da pós-graduação, é evidente que a gente vai ter um encolhimento. Não é que vai parar de crescer, é que vai diminuir. Essa é a sensação que eu tenho...

Cris: Mas aí para a antropologia ou para a pós-graduação em geral?

Helô: Em geral, no Brasil. A gente é dependente de duas fontes, basicamente, de Capes e CNPq. O CNPq está encolhendo e cortando coisas. A Capes parece estar se recompondo, mas, do que ouvi, haverá certa tendência para mestrados e doutorados profissionais. Principalmente os profissionalizantes e menos os acadêmicos, entendeu? Quer dizer, não é só na antropologia. Vai mudar o perfil da pós-graduação em geral.

Zulmara: Nesse contexto, que conteúdos temos o desafio de provocar? O Brasil é um país intelectualmente cafona. A nossa elite não gosta de cultura. Os nossos políticos têm horror à cultura! Os nossos intelectuais têm horror à cultura. Eles adoram o próprio rabo. Estão falando uns dos outros. Então, que cultura nós queremos produzir, caramba? O que é que devemos enfrentar dentro da academia? Qual é o papel da academia para o mundo? Essa é uma pergunta que eu sempre fiz, desde novinha. Resolvi ir para o mundo e deixei a academia para ver se responde a ela mesma. Agora, eu estou no mundo e vejo um diálogo muito distante. Trabalho com educação e meio ambiente em periferias o tempo todo. Existe uma gana grande de saber e o mundo intelectual não contribui para esse saber. É o seguinte: nós, a academia, somos uma parte do mundo e o resto é o resto e nunca vai nos atingir. Nunca vai nos alcançar. Nós vivemos num mundo em eminente explosão e o nosso papel político, como intelectuais, é muito importante.

Helô: Eu acho que tem uma coisa que volta a ganhar destaque, que é um pouco essa coisa de intelectuais públicos, né? E eu acho que foi exatamente o momento político ultraconservador que nos exigiu sair mais da “Torre de Marfim”, sabe? Eu, por exemplo, sempre tive uma preocupação de escrever em uma linguagem acessível, desde sempre. Mas, nos últimos anos, me exigiu uma atuação política que eu não tinha, né? E acho que pra vários de nós teve isso, a gente teve que ir pra rua mesmo, gastar sola de sapato em manifestação. Como gastei tempo atendendo jornalista porque jornalista acha bacana que é “professora da USP”... Mas aí a gente pode falar um pouco coisas que estão difíceis de se falar.

Zulmara: Há uma onda conservadora, uma onda fascista, coisas complicadíssimas, e a gente discutindo o “sexo dos anjos”. Hoje, uma revista como essa,

que tem 25 anos, ela tem, portanto, poder. Então, tem de usar esse poder. Vocês têm instrumentos diferentes, outros canais, outros suportes, não só o papel. E para onde esse conhecimento todo, essa discussão antropológica, intelectual está indo? Tasca isso nas redes sociais! Ganha o mundo afora e tenta ver que demandas esse mundo traz para a própria revista se rever.

Cristina: Hoje em dia, eu tenho que dar aula online também. Acho importante que, como nas minhas aulas, a revista digital seja usada como um veículo de discussão e de colaboração. Os artigos podem ficar online, incentivando as pessoas a comentarem, a colaborarem...

Zulmara: Nós podemos fazer diferente. Agora tem como. Quando nós começamos, não tínhamos nada. A gente só tinha desejo de fazer diferente. Agora, essa revista tem cacife.

Natalia: É... Vocês não tinham nada, mas também não tinham um sistema de avaliação tão quadrado...

Luiz Eduardo: Olha, essa coisa da avaliação da Capes, eu acho o seguinte: esse não é um problema de vocês. Vocês deveriam jogar isso para o lado. Eu acho que vocês deveriam usar isso justamente para pensar: Onde é que está a reflexão? O que é a antropologia hoje? É para a gente publicar cinco, dez, vinte artigos para dizer a mesma coisa, em lugares diferentes? Para que isso serve? Eu acho que a nossa criação marcou uma época. Agora vocês precisam marcar de novo. Não basta ser só esse modelo que está aqui. Qual é o incômodo de vocês? O que vocês não gostam na antropologia de hoje? O que está faltando? O que está pequeno? E como a gente pode botar isso numa revista?

Cristina: A gente queria mudar, fazer algo de diferente e isso está refletido há 25 anos. Acho que tem esse espírito de “o que está incomodando?”. Porque eu acho que a gente precisa das novas gerações para fazer esse mundo melhor. Eu ainda acredito nisso. E a gente pode, né, como antropólogos, fazer um mundo melhor. Estamos precisando mesmo é acreditar que este mundo é um só e, se a gente não arranjar maneiras de colaborar, o planeta morre. É disso que eu dou aula hoje. Eu acho que ainda sou aquela aluna de vinte anos de idade, que acredita que a gente pode fazer este mundo melhor.